

Desaceleração, criação e destruição de empregos formais no Maranhão: uma análise para o período de 2001 a 2016¹.

Alexsandro Sousa Brito²
João Eduardo Coutinho
Larissa Cristina Bontempo Coelho
Jersiton Tiago Pereira Matos

1. Introdução

O mercado de trabalho brasileiro, principalmente na primeira década dos anos dois mil, é caracterizado por grande formalização. O avanço do emprego com carteira assinada representou um crescimento de aproximadamente de 54% no período, contra 24% do total de ocupados no mesmo período (IBGE, 2013), o que sugere que esse interregno é marcado, essencialmente, pela *retomada* da geração de emprego puxada particularmente pelos postos de trabalho com proteção social (Dedecca & Rosandiski, 2006; Araújo, 2013, grifo nosso). Essa dinâmica é seguida também na região nordeste, apesar das grandes disparidades regionais, sendo resultado, em geral, das condições macroeconômicas vigentes à época (consumo, renda, crédito e os impactos do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento), (SILVA FILHO et ali, 2014).

O Estado do Maranhão também participa dessa dinâmica de formalização da estrutura de empregos do mercado de trabalho. No período que vai de 2000 até 2008, por exemplo, o estoque de empregos formais cresceu, em média, 8% ao ano (BRITO, 2015), sendo uma das maiores taxas médias do Nordeste! Contudo, como aventado por Lima et ali (2015), a tendência de formalização registrada, principalmente na primeira década desse período, parece enfraquecer-se em função da redução do ritmo de crescimento médio do emprego formal, que se dá, numa

¹ Este artigo apresenta os principais resultados do projeto de pesquisa intitulado **Mercado de Trabalho no Maranhão: desaceleração, destruição, realocação e capacidade de criação de empregos formais**, aprovado pela Resolução 1523-CONSEPE-UFMA, de 16 de dezembro de 2016.

² Professor do Departamento de Economia da UFMA

primeira análise, a partir de 2011 e que se torna mais nítido a partir de 2015 (LIMA et ali, 2015).

É precisamente quanto ao ponto inicial da desaceleração e, evidentemente, quanto ao ritmo de criação e destruição de postos de trabalho formais que este artigo tenta contribuir com a discussão recente, indicando um ponto demarcatório do ciclo de desaceleração do mercado de trabalho no Maranhão e analisando a dinâmica de criação e destruição dos postos de trabalho no Estado no período, do ponto de vista dos grandes setores da atividade econômica e do porte das empresas.

Para estes fins, dividimos o artigo em 4 seções, incluindo essa introdução. A seção seguinte tece breves considerações teórico-metodológicas quanto à base de dados e à metodologia empregada na pesquisa; a terceira seção analisa o processo de criação e destruição do emprego formal, considerando a dinâmica por setor e por tamanho de empresa; A quarta e última seção, finaliza sintetizando algumas ponderações quanto ao processo de criação e destruição de empregos no período recente no Estado, bem como levantando algumas hipóteses explicativas da dinâmica apresentada.

2. Considerações teórico-metodológicas.

Antes da exposição dos resultados é necessário fazer algumas breves considerações sobre a base de dados utilizadas, bem como quanto a metodologia empregada para a aferição das taxas de criação e destruição dos empregos formais. O banco de dados utilizado na pesquisa foi o da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (microdados), com cobertura em todo território nacional e com obrigatoriedade de declaração de todos os

estabelecimentos, formalmente constituídos. Com a RAIS pode-se identificar os estabelecimentos e acompanhá-los ao longo do tempo, sendo o banco de dados mais indicado para a metodologia proposta.

Aqui cabe uma explicação fundamental: a base de dados da RAIS aplicada aqui não diz respeito aos microdados de divulgação pública. Como a metodologia empregada pressupõe a aferição da taxa de criação e destruição por empresa, foi necessário a celebração de acordo junto ao MTE-Ministério do Trabalho e Emprego, através do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), para disponibilidade da base de dados identificada da RAIS.

Esta base traz, de forma discriminada, todos os vínculos ativos nominalmente, isto é, empresa por empresa declarante. Apenas com essa forma de desagregação de dados é possível replicar a metodologia proposta, tendo em vista a necessidade do acompanhamento dos estoques de empregados formais de cada uma das empresas.

Essa base, apesar de ser considerada um censo do mercado formal de trabalho, apresenta, no entanto, algumas inconsistências que precisaram ser tratadas para a realização deste trabalho. Em verdade, alguns ajustes foram aplicados para uma melhor composição dos dados. O principal impacto no tratamento dos dados na base da RAIS foi a redução no número de observações, uma vez que essas opções implicaram, na maioria dos casos, em exclusão dos registros que continham informações inconsistentes ou irregulares.

A principal adaptação da base de dados foi a escolha de não utilizar as empresas com menos de cinco empregados. Além de serem as firmas com mais inconsistências na apresentação de dados, são, por outro lado, as que representam a maior parte das empresas declarantes, porém quando se trata de participação no número de empregados são, estatisticamente, de menor impacto representativo, participando com cerca de apenas 5% do estoque total de emprego no período de análise deste artigo.

A metodologia de criação e destruição de postos de trabalho aferida pelo lado da demanda, pode ser compreendida como o processo de criação e destruição das empresas. Esse processo, segundo Davis e Haltiwanger (1992), nada mais é que o reflexo das características heterogêneas das empresas e o modo como elas respondem aos choques e mudanças ocorridos no ambiente competitivo. Os custos de ajustamento, a alocação de fatores de produção e a produtividade também não são semelhantes mesmo para empresas que em tese aparentam ser similares seja em tamanho, região, setor e demais atributos.

Essas diferenças explicam, por exemplo, porque há desajustes no mercado de trabalho mesmo em períodos de intensa atividade econômica (CONSEUIL, 2006). A compreensão dessas heterogeneidades não pode ser descartada como se produzisse efeito algum sobre o resultado agregado, ou seja, a identificação dos efeitos no mercado de trabalho passam, também, pela identificação dos efeitos individualizados das empresas (DAVIS & HALTIWANGER, 1992).

Na teoria da criação, destruição e realocação de empregos (SCHMIDT FILHO et. ali., 2013; SILVA e RIBEIRO, 2011; RIBEIRO, 2006; DAVIS & HALTIWANGER, 1992) a análise das movimentações no mercado de trabalho está voltada para os fluxos de postos de trabalho a partir da criação e destruição das empresas. Em outras palavras, o foco da análise está voltado para a demanda por trabalho compreendendo as decisões de expansão e/ou retração da força de trabalho de uma empresa.

No processo de análise da criação e destruição de empregos, optamos em utilizar a proposta metodológica sugerida por Davis e Haltiwanger (1992), e replicada por Silva e Ribeiro (2011) e Ribeiro (2006), cuja proposta é similar a contida também em Schmidt Filho et. ali. (2013), Centeno et. ali. (2007), Ribeiro e Pereira (2006) e Homsy e Costa (2006), os quais partem da análise dos fluxos de empregos das empresas ao longo do tempo, aferindo a mudança de oportunidades de emprego em função das empresas que expandem ou reduzem o

emprego.

Os principais conceitos empregados na análise são: a *taxa de criação de empregos* (TC), que corresponde a quantidade de postos de trabalho criados entre o período $t-1$ e o período t para todas as firmas da região delimitada que aumentaram seu total de emprego; a *taxa de destruição de empregos* (TD), que corresponde a quantidade de postos de trabalho destruídos entre o período $t-1$ e o período t para todas as firmas da região delimitada que diminuíram seu total de emprego; e a *taxa de variação líquida de emprego* (TLE), que corresponde a diferença entre os postos de trabalho criados e destruídos.

A expansão ou redução da demanda por emprego será estimada, a partir de DAVIS & HALTIWANGER (1992) como segue:

$$\Delta n_{it} = n_{it} - n_{i(t-1)}$$

Onde, i representa uma firma; n_{it} o estoque de emprego criado ou destruído entre o período t e o período $t - 1$.

A *taxa de criação líquida de emprego* (TC_t) é denotada da seguinte forma:

$$TC_t = \sum_{i=1}^M \left(\frac{\Delta n_{it}}{E_t} \right) I(\Delta n_{it} \geq 0) \times 100$$

Onde: $I(\Delta n_{it} \geq 0)$ é uma função que assume valores lógicos, em que se torna 1 se verdadeiro e 0 se falso. E_t representa o estoque médio de empregados entre os períodos; e M é o número de estabelecimentos na economia.

Seguindo a mesma relação técnica, a **taxa de destruição** é denotada por:

$$TD_t = \sum_{i=1}^M \left(\frac{|\Delta n_{it}|}{E_t} \right) I(\Delta n_{it} \leq 0) \times 100$$

Neste caso, *taxa de destruição de emprego* (TD_t) pode ser definida como a soma das variações de emprego negativas das firmas em percentagem do emprego médio, ou seja, a soma das taxas de crescimento negativas das firmas.

A terceira medida, que pode ser tomada como peça-chave neste estudo, é a **taxa de variação líquida de emprego** (TLE_t), e esta é definida pela diferença entre a taxa de criação e a taxa de destruição, a mesma é denotada por:

$$TLE_t = \sum_{i=1}^M \frac{\Delta n_{it}}{E_t} = TC_t - TD_t$$

Quando essa taxa é positiva representa um crescimento líquido do nível de emprego e quando o seu resultado é negativo caracteriza que houve redução no estoque de emprego daquele setor na economia, caracterizando que a destruição de postos de trabalho foi

maior que o volume de postos criados. Com efeito, qualquer variação em TLE_t pode resultar de altas, moderadas ou baixas taxas de criação e destruição de emprego.

3. Alguns aspectos apontados pela literatura especializada.

A literatura especializada sobre o tema apresenta resultados sob os mais diversos aspectos: comparando o processo de criação e destruição de empregos a partir do nível de desenvolvimento das economias, comparando os grande setores da atividade econômica, analisando a dinâmica por tamanho de empresas, por região geográfica, etc.

Segundo Filho, Esteves e Bittencourt (2013), é notado, taxas mais elevadas em países em desenvolvimento do que em países desenvolvidos, com menção especial à taxa de variação líquida ser quase sete vezes maior nos países ainda em desenvolvimento.

Há também os estudos realizados sobre a heterogeneidade das taxas de criação e destruição no que tange aos setores, em destaque ao setor industrial em relação aos demais. A taxa de criação é empiricamente menor (de aproximadamente 16,8%) para a indústria, com a taxa de destruição sendo maior, (uma diferença de 2,6%). Dessa forma, pode-se concluir, sobre o setor industrial, que uma de suas características é a sua menor capacidade de criação de postos, além de sua taxa de destruição ser mais elevada e com maior sensibilidade em relação aos outros setores, destruindo mais postos que os demais; apresentando, inclusive, taxas de variação líquida negativa.

Segundo os autores, essas características também esetão associadas às mudanças do desenvolvimento global, dada a abertura comercial ao decorrer do século XX e a consequente flexibilização do mercado de trabalho.

Considerando a economia brasileira, alguns estudos apontam um crescimento da taxa de criação em relação à média de outros países. Isso permite concluir que o Brasil, de

aproximadamente metade do século passado até o início de século XXI teve um crescimento no número dos postos de trabalho, representados por uma taxa de variação líquida positiva.

Os resultados obtidos por Corseuil et al. (2001) mostram uma elevada taxa de criação e destruição no final do século XX. É notado também o papel da abertura e fechamento de novas empresas, contribuindo com o número de empregos realocados e também com a expansão dos postos de trabalho no Mercado brasileiro.

Ainda considerando o setor industrial, Homsy e Costa (2006) percebem uma menor taxa de criação e destruição, resultando em uma diferença significativa quando se compara as taxas de realocação abordadas por Corseuil et al. (2001). Concordando com os estudos feitos em escala mundial, percebe-se um menor dinamismo do setor industrial brasileiro.

No que tange a divisão setorial, nota-se que os setores com a maior taxa de variação líquida é o comércio, com a taxa de variação líquida do setor de administração pública atingindo níveis maiores no intervalo de tempo estudado.

Do ponto de vista regional, Silva Filho et al. (2014) percebem uma homogeneidade nas taxas de realocação, porém com alguns estados (como o Rio Grande do Norte e Alagoas) possuindo uma variação líquida negativa, destruindo postos de trabalho.

Em relação ao número de vínculos empregatícios, percebe-se uma predominância no setor de serviços e de administração pública, com setores como a agropecuária e indústria extrativa possuindo os menores estoques de emprego.

Sobre a indústria nordestina, especificamente, a indústria metropolitana, Silva Filho et al. (2014) destacam a diferenciação entre mercado de trabalho metropolitano e o mercado de áreas de menor projeção econômica, diferença essa explicada pela concentração de atividades econômicas em relação ao interior das regiões (Menezes e Carvalho, 1999). Portanto, é importante o estudo nas áreas concentradas para que se tenha uma visão completa

do panorama do mercado de trabalho nordestino e brasileiro.

Entre as considerações feitas, Silva Filho et al., 2014 concluem, também, que o tamanho das empresas, assim como a influência de situações políticas nacionais e internacionais, como a crise de 2008, possuíram o papel de provocar choques no mercado de trabalho, mantendo em destaque os setores de serviços e administração pública, além de permanecer confirmado a rigidez dos fluxos da indústria em geral em relação aos outros setores. É notado um aumento na influência das microempresas quanto à geração de postos quando se considera o período pré-recessão internacional, além da sua taxa de variação líquida permanecer positivas no período pós-crise.

4. Criação e destruição de empregos no Maranhão.

A análise pautou-se sobre o conjunto agregado da economia maranhense, pelos grandes setores responsáveis pela criação de postos de trabalhos e pelo tamanho das empresas maranhenses. Portanto, a ideia fundamental era aferir a criação de postos de trabalho não apenas do ponto de vista agregado, mas, em outras palavras, identificar que setores criam (ou destroem) empregos no Maranhão e que tamanho de empresa é responsável pelo maior número de criação (ou destruição) destes empregos.

É possível afirmar que o mercado de trabalho formal maranhense nos últimos quinze anos apresenta dois períodos distintos: o primeiro, que se estende de 2001 a 2008 e outro que vai de 2009 a 2016. Os dois períodos apresentam dinâmicas bem diferentes: enquanto o primeiro é marcado por um processo de elevação das taxas de criação de postos de trabalho (apesar de algumas flutuações), o segundo é caracterizado pela reversão deste quadro. Assim, a partir de 2009, há um processo de rápida destruição de postos de trabalho (gráfico 1). Em termos líquidos (criação – destruição de postos de trabalho), no primeiro ciclo, ou seja até 2008, a economia maranhense criava, em média, 12,21%³ postos de trabalho formais por ano; no segundo ciclo, de 2009 a 2016, o mercado de trabalho formal desacelera de forma abrupta e regular, passando a criar, em média, 5,17% postos de trabalhos formais por

ano (Gráfico 2), o que representa uma redução para menos da metade da capacidade de criação de empregos formais da economia maranhense.

Gráfico 1

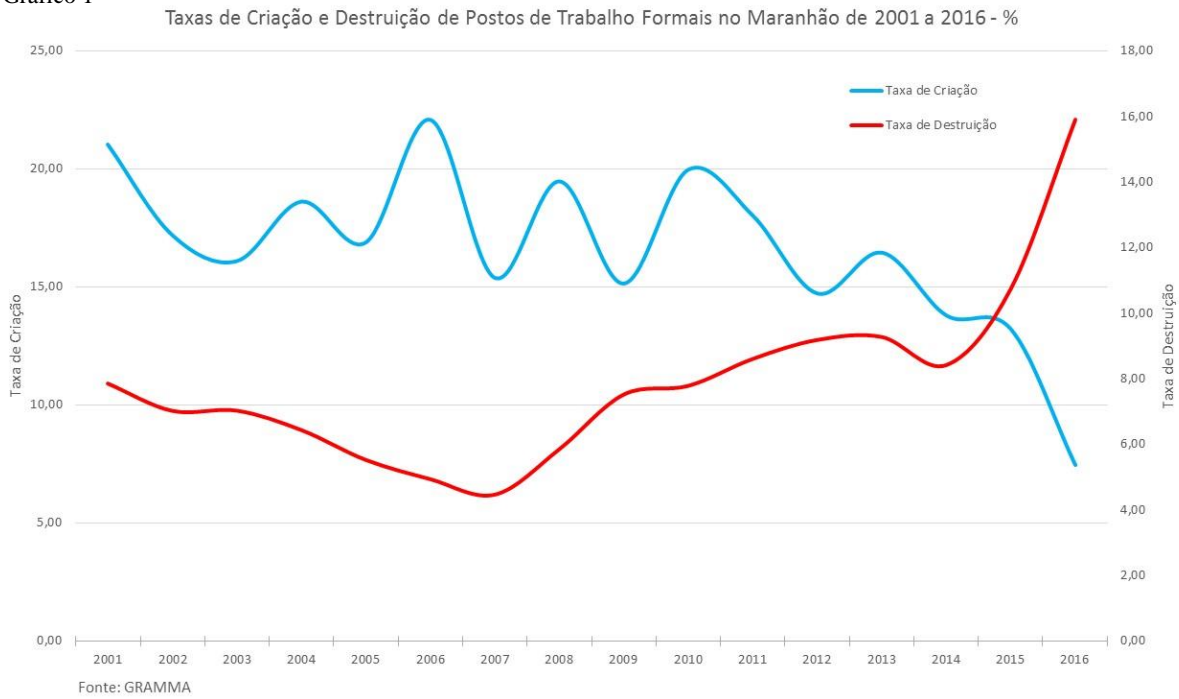
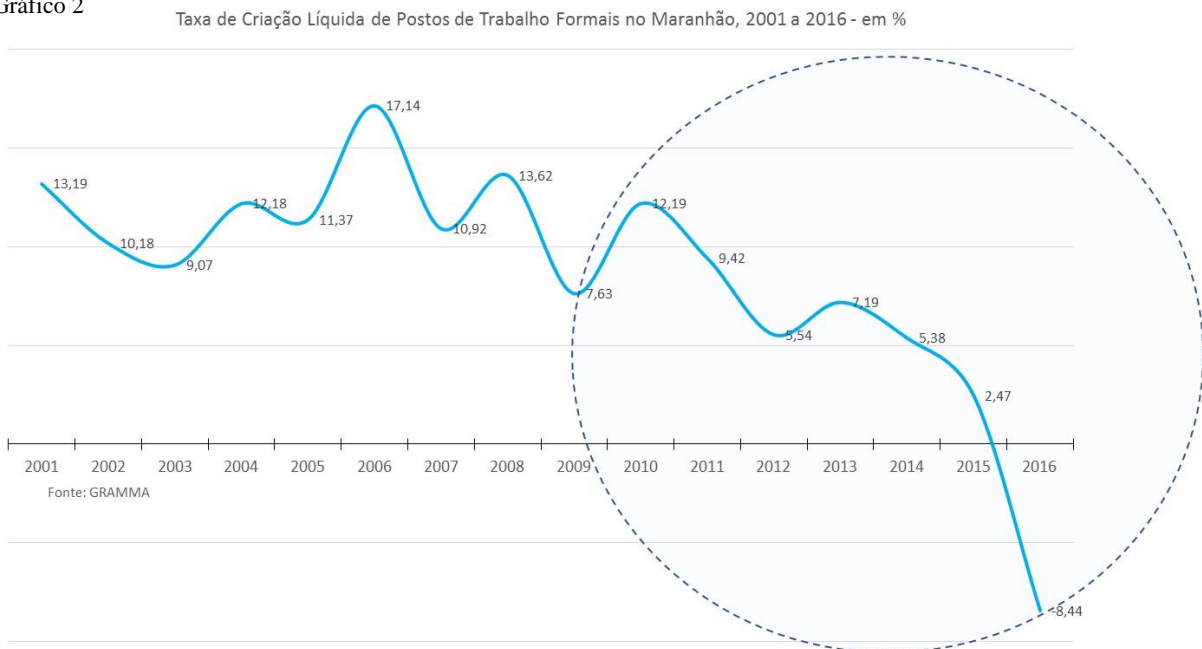


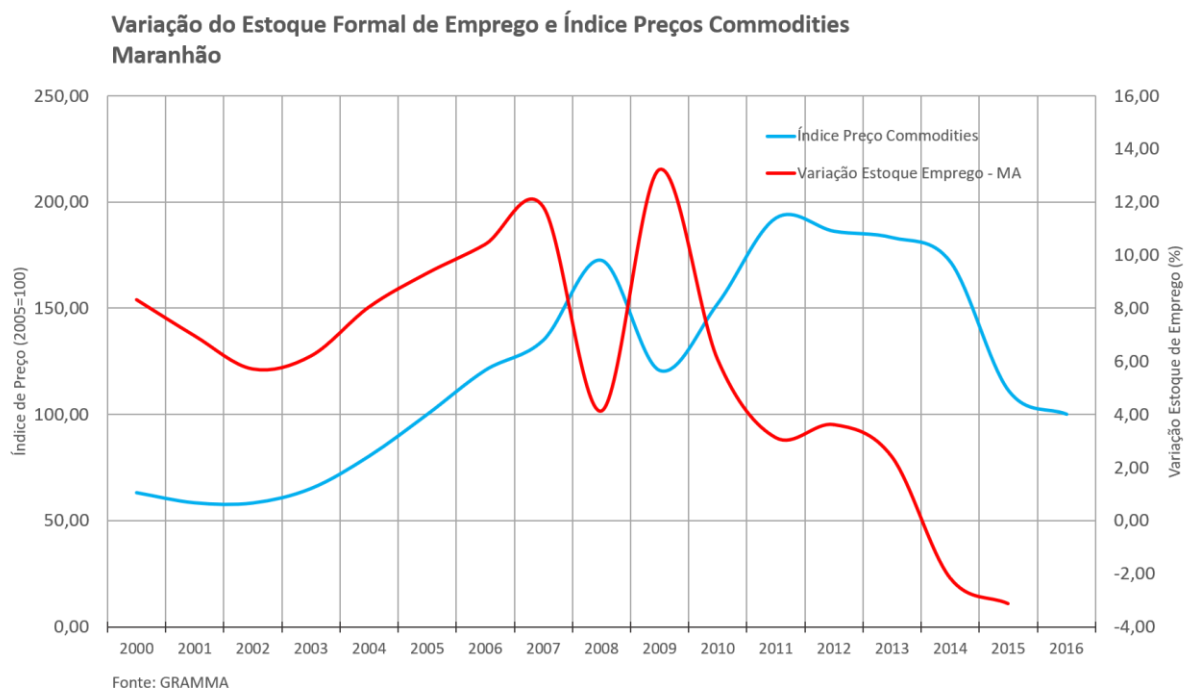
Gráfico 2



Portanto, podemos afirmar que no período recente há um processo de

desestruturação do mercado de trabalho formal maranhense que tem sua origem a partir do ano de 2009, como demarcado pelo gráfico 9. Apesar do ano de 2010 ainda apresentar uma taxa líquida de criação de postos de trabalho da ordem de 12,19%, o ano de 2009 tem a menor taxa de criação líquida do período que se estende de 2001 até 2008, encerrando, praticamente, todo o período pretérito onde o emprego formal crescia a taxas anuais de dois dígitos. Como é fácil de observar também, o processo de destruição, em termos absolutos (gráfico 8) começa em 2007 (a curva de destruição muda de inflexão a partir deste ano). Contudo a demarcação sugerida é 2009 em função tanto deste ano como do ano de 2008 ainda apresentarem altas taxas absolutas de criação de postos de trabalho, reduzindo o efeito líquido do processo. Somente a partir de 2009, portanto, há um duplo movimento: a redução absoluta das taxas de criação e o aumento absoluto das taxas de destruição, caracterizando, assim uma acentuada queda nas taxas líquida de criação de postos de trabalho formais no Maranhão.

Muito provavelmente, esse fenômeno é reflexo do nível de atividade em geral, que é fortemente condicionado pela inserção da economia maranhense no mercado internacional de *commodities* (gráfico 3). Os impactos das economias de enclave sobre economias abertas, como a do Maranhão, não são novidades, a grande volatilidade sobre o produto é uma das maiores implicações. Contudo, os resultados da pesquisa sugerem que essa dinâmica tem um impacto extremamente pronunciado sobre o mercado formal de trabalho, ou seja, a capacidade de criação de empregos formais no Maranhão tem um componente exógeno cujo peso na dinâmica desse processo não é trivial. Portanto, essa relação é, provavelmente, muito mais estreita do que parece.



Uma das consequências mais graves pode ser visualizada no próprio gráfico 2, o Maranhão em 2016 apresenta uma taxa de criação líquida de -8,44%. Qual o significado econômico dessa taxa? Esse desempenho sugere que em 2016, o Maranhão passa a ser destruidor líquidos de empregos, o que traz reflexos perversos sobre o desemprego. Em geral, a taxa de desemprego pode se elevar por duas razões: a) ou porque as empresas reduzem o ritmo de contratação, dado o nível da atividade econômica em geral (o que vinha acontecendo a partir de 2009), ou b) porque as empresas destroem, liquidamente, postos de trabalho (foi o caso em 2016). Essa situação não tem paralelo no interregno em análise e, em particular, neste último caso, as políticas públicas necessárias para reversão desse quadro são completamente diferentes, uma vez que o problema não se resolve com melhoria da qualificação profissional ou treinamento de mão-de-obra, tampouco com estímulo ao varejo e ao consumo.

Além da análise agregada para o Maranhão, a pesquisa tratou de entender como a dinâmica de criação e destruição de postos de trabalho formais deu-se entre os grandes setores da economia maranhense. A classificação geral usada nas pesquisas do mercado de trabalho divide a atividade econômica em oito grandes setores: Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca. Para efeito deste relatório, apresentamos os resultados da dinâmica dos empregos formais para os quatro principais setores da atividade econômica, quais sejam: Administração Pública,

Comércio, Serviços e Construção Civil, tendo em vista que são estes, os responsáveis pela dinâmica do emprego formal no Estado.

Em termos absolutos, a taxa média de criação de empregos da economia maranhense foi de 16,61% ao ano no período entre 2001 a 2016. Desse total, os quatro setores supramencionados responderam por 15,13% dos empregos criados anualmente, ficando os demais setores (Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, SIUP e Agropecuária) com apenas 1,48% desse total de criação média de postos de trabalho formais.

Da taxa média de criação de 16,61% ao ano, o setor da Administração Pública, foi responsável, em média, por 6,72% dos empregos, enquanto o setor de Serviços participou com 3,87%. Os setores com as menores taxas médias anuais de criação foram, respectivamente, o Comércio, com 2,75% e a Construção Civil, com 1,79% dos postos de trabalho formais.

Quando se trata da destruição de empregos, em termos absolutos, a dinâmica não se altera tanto. A economia maranhense destruiu, em média 7,92% dos postos de trabalho formais por ano no período. E os quatro setores em tela foram responsáveis pela destruição de 7,11% desse total. Assim os setores que mais destruíram postos de trabalho no Maranhão foram respectivamente a Administração Pública, com 2,81%, Serviços, com 1,94%, Construção Civil com 1,26% e o Comércio com 1,10%. É importante notar que há uma ligeira alteração na ordem setorial: a Construção Civil é o quarto setor que mais criou empregos no período, mas também é o terceiro que mais destruiu esses postos de trabalho, ao passo que o Comércio foi o terceiro que mais criou empregos e o quarto que mais destruiu postos de trabalho. Administração Pública e Serviços são, respectivamente os que mais criaram e, também, os que mais destruíram postos de trabalho.

Em termos líquidos (taxa de criação – taxa de destruição), a ordem também se mantém, a atividade econômica no Maranhão criou, em média, 8,69% de empregos por ano, na seguinte ordem: a Administração Pública criou, em média, 3,62% dos empregos, os Serviços, 1,93%, o Comércio, 1,65% e a Construção Civil criou, liquidamente, apenas 0,53% dos postos de trabalhos formais por ano no período.

Mas quando se comparam as dinâmicas individuais, por setor, percebem-se alguns aspectos importantes: de início, nota-se que a construção civil é o primeiro setor a desacelerar, logo a partir de 2008. Além disso, é o único, dentre os quatro setores, que apresentou, por três vezes no período, taxas líquidas de destruição de empregos (em 2011 com -0,07; e em 2015 e 2016, com -0,34 e -1,64, respectivamente). Uma outra observação importante, também, é que o processo de desaceleração nesse setor é mais abrupto; como pode ser observado no gráfico

16, as quedas das taxas de criação na construção civil, são mais acentuadas e de maior magnitude, comparativamente aos demais setores.

O setor do Comércio, como pode ser visto no gráfico 14, mantém uma taxa de criação líquida relativamente constante até 2009, sem muitas oscilações. Se por um lado essa dinâmica é positiva, dada a preservação do emprego formal, por outro lado é estranho, a manutenção de uma taxa relativamente constante justamente num período de maior formalização do emprego no Brasil e, também, no Maranhão.

Gráfico 13: Taxa de Criação Líquida de Postos de Trabalho Formais no Maranhão - Administração Pública, em %

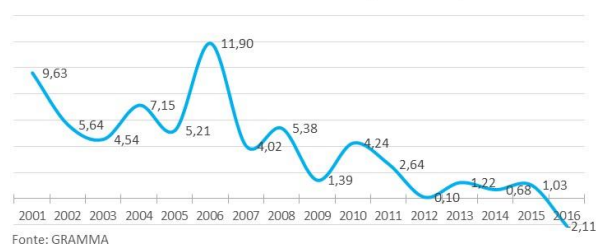


Gráfico 14: Taxa de Criação Líquida de Postos de Trabalho Formais no Maranhão - Comércio, em %

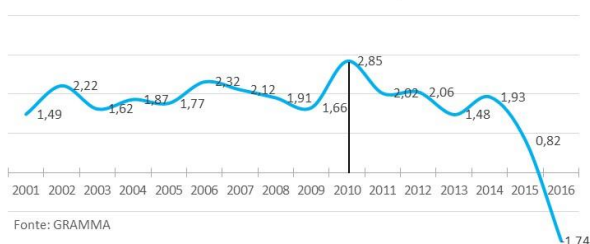


Gráfico 15: Taxa de Criação Líquida de Postos de Trabalho Formais no Maranhão - Serviços, em %

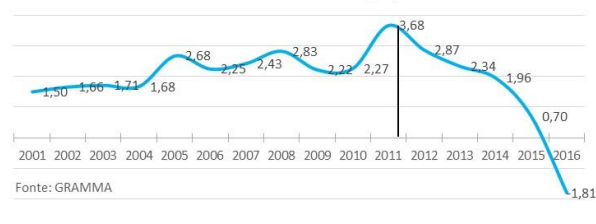
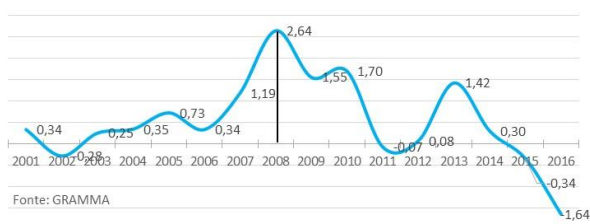


Gráfico 16: Taxa de Criação Líquida de Postos de Trabalho Formais no Maranhão - Construção Civil, em %



Diferentemente, da Construção Civil, o Comércio só começa a desacelerar em 2010, e até 2014 esse processo é gradual e suave sem apresentar precipitações. Contudo, as quedas súbitas das taxas líquidas de criação ocorrem efetivamente, nesse setor, em 2015 e 2016 com taxas de 0,82% e -1,74%, respectivamente, conforme o gráfico 14.

A administração pública (gráfico 13) começa a desacelerar desde 2008, contudo entre 2012 e 2015, a criação líquida de empregos se mantém constante, só apresentando destruição líquida de emprego em 2016, da ordem de -2,11%. Particularmente, neste ano, esse setor foi responsável pela destruição líquida de 25% dos postos de trabalhos formais. Contudo, apesar do que ocorre em 2016, os empregos criados na Administração Pública atenuam significativamente o impacto da destruição de emprego no nível agregado. Como a Administração Pública é o maior criador líquido de emprego e as movimentações nesse estoque não sofrem grandes oscilações, principalmente, no período de 2010 a 2016, consegue-se, portanto, esmaecer o impacto das destruições provocadas, principalmente pelos setores da Construção Civil e de Serviços, no estoque agregados de empregos no Maranhão.

Considerando o desempenho de cada setor, é provável que a dinâmica de realocação de empregos entre os setores, dado o processo de destruição, possa ser assim caracterizado: a Construção Civil é o primeiro setor a sentir os efeitos da mudança da atividade econômica, destruindo rápido e primeiramente os empregos. Os empregos perdidos nesse setor são realocados no Comércio e Serviços, que são os últimos, respectivamente, a capitular quando da mudança do ciclo da atividade econômica. Em oposição, a Administração Pública, atua como um estabilizador mitigando impactos setoriais no nível agregado do emprego, os quais poderiam ser ainda maiores.

E do ponto de vista do tamanho das empresas? Qual a dinâmica? É disso que tratará a próxima seção.

A análise da dinâmica do emprego formal por tamanho de empresa apresenta resultados extremamente interessantes. Em geral, a pesquisa constatou que, de fato, como amplamente já divulgado, as microempresas são as que mais criam postos de trabalho, contudo, elas são também as que mais destroem empregos. Enquanto as microempresas criaram, em média 39,91% de empregos por ano, as grandes, médias e pequenas empresas criaram, em termos absolutos, 18,75%, 31,02% e 25,57%, respectivamente. Portanto, em geral, quando se afirma que as microempresas são as que mais criam empregos, deve-se ressaltar que isso diz respeito ao número de empregos absolutos e não à criação de empregos líquidos.

Pelo ângulo da destruição absoluta de empregos, constatou-se que as microempresas destruíram em média 24,07% dos empregos por ano, ao passo que as grandes empresas destruíram 9,58%, as médias, 18,97% e as pequenas 13,18% dos postos de trabalho formais. Do ponto de vista da criação líquida de emprego, as microempresas geraram, em média, 15,84% dos empregos por ano; as grandes, criaram 9,17% dos empregos; as médias, 12,05% e as pequenas criaram 12,39% dos empregos formais. Logo, quando se comparam as taxas de criação líquida a diferença entre as micro, pequenas e médias empresas, no tocante à dinâmica de criação do emprego formal, não são significativas. A grande diferença consiste, portanto, na comparação entre as médias, pequenas e microempresas, de um lado, e as grandes empresas, de outro, cujas taxas de criação das primeiras são, em média, 46% mais altas que a taxa de criação dessas últimas.

Quando se compara a dinâmica do emprego ao longo de todo o período, alguns aspectos que caracterizam as empresas são marcantes:

- a) em primeiro lugar, as micro e pequenas empresas (gráficos 19 e 20)

apresentam uma taxa de criação de empregos constante em quase todo o período, embora muito alta e regular, bem como, de maneira análoga uma taxa de destruição, muito baixa e, também, regular. O que sugere que ao longo de todo o período, a criação e a destruição de empregos nas micro e pequenas empresas se mantiveram constante, sem oscilações provocadas por mudanças conjunturais. Isto pode sugerir, ainda, que estas empresas são pouco afetadas pelo ciclo econômico, ou demoram a refletir no emprego as oscilações da atividade econômica.

Gráfico 17: Taxas de Criação e Destruição de Postos de Trabalho Formais - Grandes Empresas no Maranhão (%)



Gráfico 18: Taxas de Criação e Destruição de Postos de Trabalho Formais - Médias Empresas no Maranhão (%)

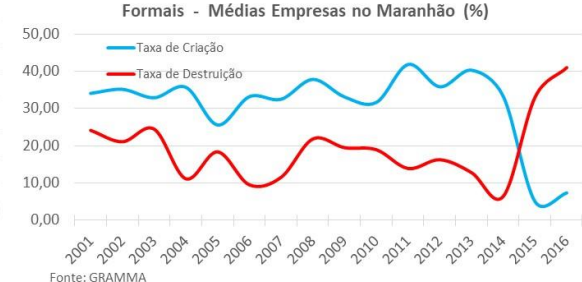


Gráfico 19: Taxas de Criação e Destruição de Postos de Trabalho Formais - Pequenas Empresas no Maranhão (%)

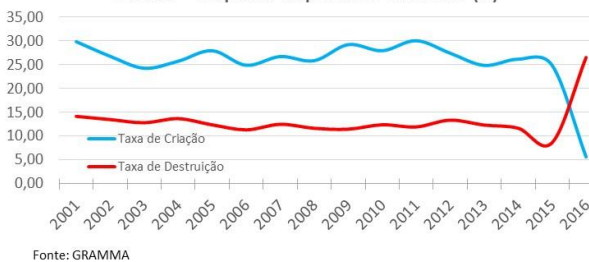
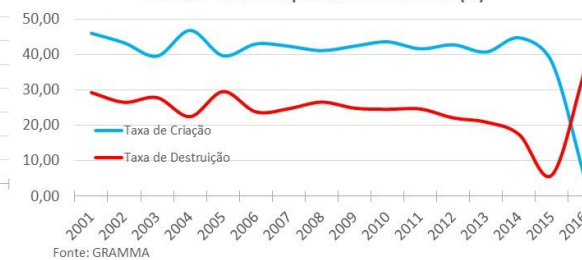


Gráfico 20: Taxas de Criação e Destruição de Postos de Trabalho Formais - Microempresas no Maranhão (%)



- b) em segundo lugar, as grandes empresas, ao contrário, são as únicas cujas taxas de criação absoluta e líquida de emprego apresentam crescimento progressivo no período de grande formalização do mercado de trabalho maranhense (gráficos 17 e 21). Essas empresas começam o período com uma taxa de criação líquida de 3,34% em 2001 e chegam a 2008 com uma taxa de 18,18% (gráfico 21), dinâmica, portanto, totalmente diferente das pequenas e microempresas que, como visto, tem taxas de crescimento constantes.

Gráfico 21: Taxa de Criação Líquida de Postos de Trabalho Formais - Grandes Empresas no Maranhão (%)

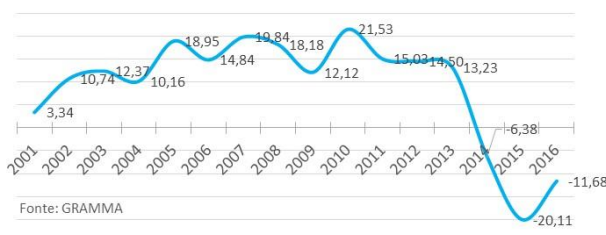


Gráfico 22: Taxa de Criação Líquida de Postos de Trabalho Formais - Médias Empresas no Maranhão (%)

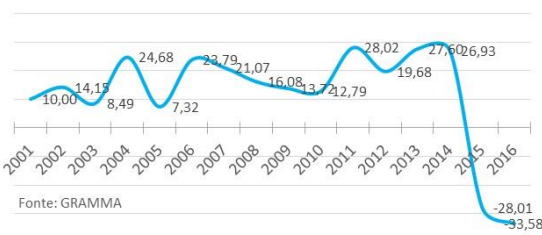


Gráfico 23: Taxa de Criação Líquida de Postos de Trabalho Formais - Pequenas Empresas no Maranhão (%)

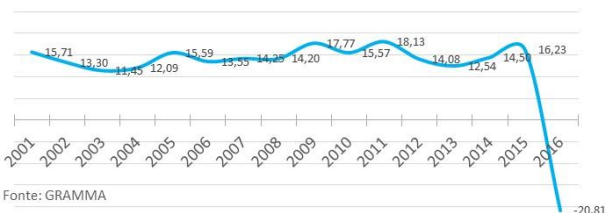
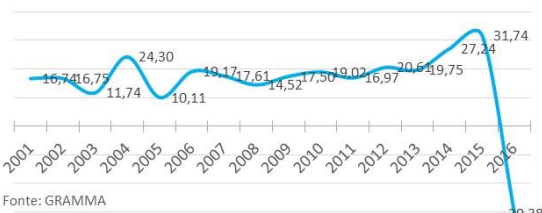


Gráfico 24: Taxa de Criação Líquida de Postos de Trabalho Formais - Microempresas no Maranhão (%)



c) em terceiro lugar, observou-se que, enquanto as grandes empresas, a partir de 2008 começam a elevar a taxa de destruição de emprego, as médias, pequenas e microempresas vão em sentido contrário, reduzindo as taxas de destruição, pelo menos até 2014 (para as médias) e até 2015 (para pequenas e microempresas) (gráficos 17 a 20). Há, portanto, uma clara diferença nas dinâmicas entre esses conjuntos de empresas, as grandes começam a destruir empregos a partir de 2008 e, de maneira mais acintosa, a partir de 2013, muito provavelmente em função do ciclo econômico; ao contrário, as médias, pequenas e microempresas, como provavelmente tem mais resiliência à conjuntura, demoram muito mais em destruir empregos.

d) em decorrência das constatações acima, é possível concluir que em situações de crise econômica as pequenas e microempresas são as últimas a destruírem empregos, ou o fazem com maior defasagem. As grandes empresas são as primeiras a refletirem o impacto dos desajustes na economia no nível do emprego e logo depois as médias empresas. Pelos gráficos 21 a 24, é possível

observar que, em função do supracitado, as grandes empresas apresentam destruição líquida de empregos nos últimos três anos da série com taxas de -6,36% em 2014, -11,68% em 2015 e -20,11 em 2016, períodos onde a crise econômica no Maranhão toma as maiores proporções, no tocante ao emprego. As médias empresas, por sua vez, começam a destruir liquidamente os empregos em 2015, com taxa de 28,01% e em 2016, com uma taxa de -33,58%. Já as microempresas só destroem liquidamente empregos no último ano da série, com uma taxa de -30,38%.

5. Considerações Finais

A pesquisa procurou mostrar que há um processo de desaceleração no mercado de trabalho formal no Maranhão que se inicia em 2009, que é fortemente influenciado pela inserção no mercado internacional de commodities e pela redução do emprego público que cai quase seis vezes em relação à média do primeiro período. Mostrou também que há uma grande heterogeneidade entre os setores da atividade econômica quanto a esse processo, havendo setores mais sensíveis ao ciclo econômico e outros com maior resiliência, fato observado também no que diz respeito ao tamanho das empresas.

Referências Bibliográficas

- DAVIS, S. J.; HALTIWANGER, J. **Gross job creation, gross job destruction and employment reallocation**. Quarterly Journal of Economics, n. 106, p. 819-63, 1992.
- CORSEUIL, C. H.; RIBEIRO, E. P.; SANTOS, D. D.; DIAS, R. F. **Criação, destruição e realo-cação de emprego no Brasil**. In: XXIX Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2001, Salvador, SP. Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia - ANPEC. Campinas, SP: ANPEC, 2001.
- FILHO, R. S.; ESTEVES, L. A. BITTENCOURT, M. **Criação, des-truição e realocação de empregos em países selecionados: uma meta-análise**. Nova Economia (Belo Horizonte), p. 73-100, janeiro-abril de 2013.
- PAZELLO; E; BIVAR, W; GONZAGA, G. **Criação e destruição de postos de trabalho por tamanho de empresa na indústria brasileira**. Pesq. Plan. Econ., v. 30, n. 2, p. 259-288, ago. 2000.
- HOMSY, G. e COSTA M. **Criação e Destruição de emprego na indústria: Uma Análise**. In De Negri et al. (org) *Tecnologia, exportação e emprego*, cap.16. Brasília: IPEA. 2006.
- SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, Silvana Nunes de; ARAÚJO, J. B.; SILVA, F. J. F. **Criação e destruição de empregos na indústria metropolitana do Nordeste**. Revista de Economia (Curitiba), v. 40, p. 71-96, 2014.
- MENEZES, A. S. B. DE; CARVALHO, E. B. S. “**Dimensões do desenvolvimento: teoria e prática no Nordeste brasileiro**”. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 30 (2), pp. 234-245. 1999.
- PICHETTI, P.; CHAHAD, J.P.; E ORELANO, V. **A bi-variate probit analysis of job turnover in Brazil**. In: Anais do XXIII Encontro Brasileiro de Econometria. Salvador: SBE. 2001.